

SUMÁRIO

▪ CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CRFB/1988.....	14
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	16
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	93
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	116
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988	169
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO ADCT	215

▪ LINDB

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.....	218
---	-----

▪ CÓDIGO CIVIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL	224
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	230
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL.....	342

▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	380
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	384
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	478

▪ CÓDIGO PENAL

LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941.....	516
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL.....	518
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	520
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL	567

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

LEI DE INTRODUÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941	590
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	591
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	593
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	658

▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	686
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.....	687
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	701

▪ CÓDIGO ELEITORAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL	706
CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	707
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL	744

▪ CÓDIGO FLORESTAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL	750
CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	751
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL	768

▪ ESTATUTOS

ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973	774
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	779
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994	814
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB	827
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	835
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	852
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	862
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	868
ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 15.211, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025	881
ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE – LEI Nº 15.378, DE 6 DE ABRIL DE 2026	888

▪ LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL

▪ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990	892
<i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	897
<i>Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011	912
<i>Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 225, DE 8 DE JANEIRO DE 2026	915
<i>Institui o Código de Defesa do Contribuinte.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 230, DE 15 DE ABRIL DE 2026	926
<i>Dispõe sobre normas gerais aplicáveis ao desmembramento de parte de um Município para incorporação a outro, limítrofe, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.</i>	

▪ LEIS

LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950	927
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950	928
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	

LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952.....	934
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	935
<i>Regula a ação popular.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.....	938
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985	943
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	945
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	946
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990.....	948
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.....	951
<i>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	961
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991	984
<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991	1004
<i>Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	1029
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)</i>	
LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992	1037
<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995	1046
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.....	1056
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	1062
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997	1063
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	1087
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1088
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998	1095
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.</i>	

LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	1096
<i>Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.....	1098
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	1104
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	1107
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do Art. 102 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000	1108
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1115
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.....	1116
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1119
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1125
<i>Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.</i>	
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	1126
<i>Regulamenta o inciso III do Art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	1127
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.986, DE 2 DE JUNHO DE 2014	1130
<i>Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; revoga as Leis nº 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	1132
<i>Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.</i>	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	1134
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016	1135
<i>Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas.</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017.....	1135
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.....	1146
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)</i>	
LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.....	1158
<i>Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	1165
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</i>	
LEI Nº 14.583, DE 16 DE MAIO DE 2023	1204
<i>Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.</i>	
LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023	1204
<i>Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.</i>	
LEI Nº 14.751, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023	1207
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.</i>	
LEI Nº 15.142, DE 3 DE JUNHO DE 2025	1217
<i>Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.</i>	
LEI Nº 15.190, DE 8 DE AGOSTO DE 2025	1218
<i>Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), 9.985, de 18 de julho de 2000, e 6.938, de 31 de agosto de 1981; revoga dispositivos das Leis nºs 7.661, de 16 de maio de 1988, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e dá outras providências.</i>	
▪ DECRETOS	
DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992	1232
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	
DECRETO Nº 3.927, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001	1241
<i>Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000.</i>	
DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009	1247
<i>Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.</i>	
DECRETO Nº 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017	1259
<i>Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.</i>	
DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018	1292
<i>Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.</i>	
DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022	1296
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.</i>	
DECRETO Nº 12.622, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025	1300
<i>Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, para designar a Agência Nacional de Proteção de Dados como autoridade administrativa autônoma de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e estabelecer competências para cumprimento de ordens judiciais de bloqueio.</i>	
DECRETO Nº 12.880, DE 18 DE MARÇO DE 2026	1300
<i>Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.</i>	
▪ DECRETO-LEI	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	1309
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.</i>	

▪ PROVIMENTO

PROVIMENTO DO CFOAB Nº 205/2021.....	1312
<i>Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia.</i>	

▪ REGIMENTOS INTERNOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF	1317
REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ.....	1347

▪ SÚMULAS

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DE ENUNCIADOS DO STF	1390
SÚMULAS VINCULANTES	1393
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF	1396
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ.....	1417
SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE.....	1438